



e-TCM: TC 933/2019 (acompanham TCs 10491/2017, 8032/2018)

Interessado: Secretaria Municipal de Habitação / Prefeitura do Município de São Paulo

Objeto: Função de Governo - Habitação - Exercício de 2018

Relator: Maurício Faria

Relatório

Cuidam os autos de Auditoria voltada à avaliação da Função de Governo Habitação em 2018, TC 933/2019 (acompanham TCs 10491/2017, 8032/2018). No Relatório de Auditoria, a Subsecretaria de Fiscalização e Controle apresentou diversos aspectos que envolvem a gestão da Função Habitação no Município de São Paulo, dos quais destaco os que se mostram mais relevantes.

As ações relativas ao atendimento habitacional no Município de São Paulo dividem-se em atendimento definitivo, por meio de programas para provisão de novas moradias, urbanização de favelas e adequação e regularização fundiária de assentamentos precários, e, portanto, passível de quantificação; e atendimento habitacional provisório, efetivado pela concessão de benefícios pecuniários para atendimento à demanda por moradia transitória, cujas causas são frentes de obras públicas, situações emergenciais e vulnerabilidade social.

O Projeto de Lei nº 619/16, que tramita na Câmara Municipal de São Paulo e que propõe o Plano Municipal de Habitação (PMH), ainda não aprovado, traz um quadro da demanda estimada por atendimento habitacional definitivo no município. É prevista atualmente a necessidade de 117.916 novas unidades habitacionais, sem considerar a demanda futura adicional advinda do crescimento demográfico até 2032, que deverá demandar, ainda, outras 147.151 novas unidades habitacionais, e mais 103.664 por conta das dinâmicas econômicas que atuam na coabitação familiar. Por outro lado, há mais 829.272 domicílios passíveis de intervenções no território por estarem localizados em favelas e loteamentos irregulares, ou em Conjuntos Habitacionais irregulares e cortiços. Vale ressaltar que um domicílio pode ser enquadrado em diferentes tipos de intervenções ou necessidades.

Quadro 1 - Quadro das Necessidades Habitacionais e das Demandas por tipo de Intervenção

Necessidades Habitacionais		Intervenção no Território	Novas Unidades Habitacionais	Políticas de Regulação do Mercado de Aluguéis	Síntese das Necessidades Habitacionais
Necessidades Relacionadas à Precariedade Habitacional e Urbana	Favelas e Loteamentos Irregulares	740.239	89.953	-	830.192 domicílios
	Conjuntos Habitacionais Irregulares	20.702	-	-	20.702 domicílios
	Cortiços	68.331	12.058	-	80.389 domicílios
	População em Situação de Rua	-	15.905	-	15.905 pessoas
Demandas Relacionadas às Dinâmicas Econômicas e de Crescimento Demográfico	Coabitação Familiar	-	103.664	-	103.664 domicílios
	Crescimento Demográfico	-	147.151	-	147.151 domicílios
	Ônus Excessivo com Aluguel	-	-	187.612	187.612 domicílios
	Adensamento Excessivo (em domicílios alugados)	-	-	47.443	47.443 domicílios
Estimativa da Demanda por Tipo de Intervenção		829.272 domicílios	368.731 unidades habitacionais	235.055 domicílios	

Fonte: Relatório da Função

A demanda por atendimento habitacional definitivo para as unidades habitacionais de interesse social construídas no Município de São Paulo divide-se em: (i) Demanda Aberta, formada por munícipes que se enquadram nos critérios da política Municipal de Habitação e que, espontaneamente, se propõem a adquirir unidades de HIS subvencionadas pelo Poder Público, somando 125.713 munícipes cadastrados, em 31/12/2018; e (ii) Demanda Fechada, ou Demanda por Reassentamento, que diz respeito às famílias de baixa renda removidas de locais com intervenção programada, totalizando 29.769 famílias nessas condições cadastradas na SEHAB, em 31/12/2018. Contudo, a Auditoria ressalta que há munícipes cadastrados em ambas as demandas, e que, portanto, não é possível saber com precisão a demanda total de interessados à seleção nos programas habitacionais.

Além disso, em 31/12/2018, 25.954 famílias estavam ativas no programa Auxílio Aluguel, de atendimento habitacional provisório.

A Função Habitação liquidou R\$ 738,04 milhões, o que equivale a apenas 50,43% do previsto pela LOA. O Acesso à Moradia Adequada, que recebeu a maior parte dos recursos, apresentou execução de 44,77%, com R\$ 529,32 milhões liquidados. Já o programa Promoção da Sustentabilidade Ambiental, apresentou execução de 68,07%, totalizando R\$ 74,38 milhões.



Quadro 3 - Lei Orçamentária Anual (LOA) 2018

Programa	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
3002 - Acesso à Moradia Adequada	1.182.217.501	758.754.555	596.281.869	529.327.134	44,77
3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental	109.277.403	114.653.788	98.462.007	74.389.743	68,07
3011 - Modernização, Desburocratização e Inovação Tecnológica do Serviço Público	522.000	406.608	180.093	180.093	34,50
3024 - Suporte Administrativo	171.413.991	163.285.939	147.501.990	134.146.729	78,26
Total	1.463.430.895	1.037.100.890	842.425.959	738.043.699	50,43

Fonte: Relatório da Função

Os investimentos alcançaram R\$ 475,03 milhões, em 2018. O projeto Construção de Unidades Habitacionais foi o que recebeu mais investimentos, representando aproximadamente 68% desse valor.

Quadro 5 - Investimentos na Função Habitação em 2018

Projeto/Atividade	Valor Liquidado (R\$)
Construção de Unidades Habitacionais	322.918.898,87
Execução do Programa de Mananciais	74.389.743,32
Urbanização de Favelas	43.812.997,67
Regularização Fundiária	27.598.025,77
Projetos e Ações de Apoio Habitacional	2.625.463,81
Locação Social	1.965.620,63
Ampliação, Reforma e Requalificação de Unidades Habitacionais	1.493.027,45
Aquisição de Materiais, Equipamentos e Serviços de Informação e Comunicação	180.092,74
Administração da Unidade	48.189,00
Total	475.032.059,26

Fonte: Relatório da Função

Programa Acesso à Moradia Adequada

Para o programa Acesso à Moradia Adequada foram liquidados R\$ 529 milhões, em 2018 (44,77% do previsto). Desse valor, R\$ 331 milhões foram destinados para a ação Construção de Unidades Habitacionais e R\$ 120 milhões para a ação Serviço de Moradia Transitória. As ações Regularização Fundiária e Urbanização de Favelas apresentaram execução de apenas 23,58% e 19,34%, respectivamente.

Quadro 7 - Execução Orçamentária do Programa 3002

LOA 2018 Programa 3002 - Acesso à Moradia Adequada					
Projeto/Atividade	LOA Aprovado em R\$ (A)	LOA Atualizado em R\$ (B)	Empenhado em R\$ (C)	Liquidado em R\$ (D)	% Executado (E = D/A)
2635 - Serviço de Moradia Transitória	123.029.000	123.029.000	120.580.798	120.430.200	97,89
3353 - Ampliação, Reforma e Requalificação de Unidades Habitacionais	46.187.858	11.721.784	2.343.875	1.493.027	3,23
3354 - Construção de Unidades Habitacionais	633.482.545	469.241.194	367.259.286	331.401.799	52,31
3356 - Regularização Fundiária	117.053.456	61.318.556	38.813.717	27.598.026	23,58
3357 - Urbanização de Favelas	226.498.042	78.003.587	61.711.025	43.812.998	19,34
3358 - Locação Social	11.126.000	7.126.000	2.453.532	1.965.621	17,67
Subtotal	1.157.376.901	750.440.121	593.162.233	526.701.671	45,51
Outros	24.840.600	8.314.434	3.119.636	2.625.464	10,57
Total	1.182.217.501	758.754.555	596.281.869	529.327.135	44,77

Fonte: Relatório da Função

Destaca-se que auditorias realizadas em 2018 apontaram que, em setembro de 2018, 57,63% dos contratos da carteira de habitação apresentavam inadimplência, somando R\$ 1,748 bilhão.

Entre 2013 e 2018, a Construção de Unidades Habitacionais apresentou tendência de crescimento, com exceção do ano de 2017. Já o serviço de Verba de Atendimento Habitacional – Auxílio Aluguel, que manteve uma tendência crescente até 2016, vem caindo desde 2017. O mesmo ocorre com o serviços de Regularização Fundiária. Por outro lado, o serviço de Urbanização de Favelas apresenta grande variação ao longo do período, mas com forte crescimento em 2018.

Quadro 12 - Evolução dos Serviços

Item	Produto	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Verba de Atendimento Habitacional – Auxílio Aluguel	famílias beneficiadas	23.605	27.788	26.798	29.998	28.602	25.954	162.745
Construção de Unidades Habitacionais	u.h. entregues	200	2.004	3.188	4.643	1.782	4.785	16.602
Regularização Fundiária	famílias beneficiadas	14.834	15.516	29.956	157.241	35.511	19.394	272.452
Urbanização de Favelas	famílias beneficiadas	1.319	1.717	413	369	0	2.614	6.432

Fonte: Relatório da Função

Programa Promoção da Sustentabilidade Ambiental

No exercício de 2018, a ação Execução do Programa Mananciais liquidou R\$



74,40 milhões, representando 68,07% do valor aprovado na LOA 2018. Esse montante foi realizado em Investimentos, principalmente com Obras e Instalações (R\$ 50 milhões).

Quadro 14 - Execução Orçamentária do Programa 3005

Projeto/Atividade	LOA 2018				
	Programa 3005 - Acesso à Moradia Adequada				
	LOA Aprovado em R\$ (A)	LOA Atualizado em R\$ (B)	Empenhado em R\$ (C)	Liquidado em R\$ (D)	% Executado (E = D/A)
3355 - Execução do Programa Mananciais	109.277.403	114.653.788	98.462.007	74.389.743	68,07
Total	109.277.403	114.653.788	98.462.007	74.389.743	68,07

Fonte: Relatório da Função

A Auditoria propõe as seguintes Sugestões de Melhoria para a Função Habitação:

4.1 – Uniformizar as quantidades de produtos (unidades de medidas) que se pretender produzir, decorrentes das ações (projetos e atividades) na elaboração do Plano Plurianual (subitem 3.2.1-d).

4.2 - Implantar controles de monitoramento das metas e dos indicadores relativos à Função Habitação. (subitem 3.2.1-d).

4.3 - Atualizar os dados do Planeja Sampa e do Observa Sampa para acompanhamento dos indicadores e dos resultados das ações. (subitem 3.2.1-d).

De acordo com a Auditoria, restam pendentes de atendimento 5 Determinações de exercícios anteriores, conforme dados consolidados no Sistema Diálogo (Instrução nº 01/2014 e a Resolução nº 05/2014 do TCMSP), após avaliação do Grupo de Trabalho, criado através da Portaria nº 169/2019, visando à sistematização e racionalização das determinações de exercícios passados.

Instada a se manifestar sobre o relatório da Auditoria (peça 4), a Secretaria Municipal de Habitação apresentou defesa (peça 14), então analisada pela Subsecretaria de Fiscalização e Controle (peça 18). Regularmente oficiada, a Procuradoria da Fazenda Municipal opinou pelo conhecimento e registro (peça 20).

A Secretaria Geral, encerrando a instrução processual, opinou pelo conhecimento (peça 29).

É o Relatório.

Voto

Trago a apreciação deste Egrégio Plenário Auditoria voltada avaliação da Função de Governo Habitação em 2018, TC 933/2019 (acompanham TCs 10491/2017, 8032/2018). No Relatório de Auditoria, a Subsecretaria de Fiscalização e Controle apresentou diversos aspectos que envolvem a gestão da Função Habitação no Município de São Paulo, dos quais destaco os que se mostram mais relevantes.

A Função Habitação liquidou R\$ 738,04 milhões, o que equivale a apenas 50,43% do previsto pela Lei Orçamentária Anual (LOA). O Acesso à Moradia Adequada, que recebeu a maior parte dos recursos, apresentou execução de 44,77%, com R\$ 529,32 milhões liquidados. Já o programa Promoção da Sustentabilidade Ambiental, apresentou execução de 68,07%, totalizando R\$ 74,38 milhões.

Quadro 3 - Lei Orçamentária Anual (LOA) 2018

Programa	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
3002 - Acesso à Moradia Adequada	1.182.217.501	758.754.555	596.281.869	529.327.134	44,77
3005 - Promoção da Sustentabilidade Ambiental	109.277.403	114.653.788	98.462.007	74.389.743	68,07
3011 - Modernização, Desburocratização e Inovação Tecnológica do Serviço Público	522.000	406.608	180.093	180.093	34,50
3024 - Suporte Administrativo	171.413.991	163.285.939	147.501.990	134.146.729	78,26
Total	1.463.430.895	1.037.100.890	842.425.959	738.043.699	50,43

Fonte: Relatório da Função

Os investimentos alcançaram R\$ 475,03 milhões, em 2018. O projeto Construção de Unidades Habitacionais foi o que recebeu mais investimentos, representando aproximadamente 68% desse valor.

Quadro 5 - Investimentos na Função Habitação em 2018

Projeto/Atividade	Valor Liquidado (R\$)
Construção de Unidades Habitacionais	322.918.898,87
Execução do Programa de Mananciais	74.389.743,32
Urbanização de Favelas	43.812.997,67
Regularização Fundiária	27.598.025,77
Projetos e Ações de Apoio Habitacional	2.625.463,81
Locação Social	1.965.620,63
Ampliação, Reforma e Requalificação de Unidades Habitacionais	1.493.027,45
Aquisição de Materiais, Equipamentos e Serviços de Informação e Comunicação	180.092,74
Administração da Unidade	48.189,00
Total	475.032.059,26

Fonte: Relatório da Função

Programa Acesso à Moradia Adequada



Para o programa Acesso à Moradia Adequada foram liquidados R\$ 529 milhões, em 2018 (44,77% do previsto). Desse valor, R\$ 331 milhões foram destinados para a ação Construção de Unidades Habitacionais e R\$ 120 milhões para a ação Serviço de Moradia Transitória. As ações Regularização Fundiária e Urbanização de Favelas apresentaram execução de apenas 23,58% e 19,34%, respectivamente.

Quadro 7 - Execução Orçamentária do Programa 3002

LOA 2018 Programa 3002 - Acesso à Moradia Adequada					
Projeto/Atividade	LOA Aprovado em R\$ (A)	LOA Atualizado em R\$ (B)	Empenhado em R\$ (C)	Liquidado em R\$ (D)	% Executado (E = D/A)
2635 - Serviço de Moradia Transitória	123.029.000	123.029.000	120.580.798	120.430.200	97,89
3353 - Ampliação, Reforma e Requalificação de Unidades Habitacionais	46.187.858	11.721.784	2.343.875	1.493.027	3,23
3354 - Construção de Unidades Habitacionais	633.482.545	469.241.194	367.259.286	331.401.799	52,31
3356 - Regularização Fundiária	117.053.456	61.318.556	38.813.717	27.598.026	23,58
3357 - Urbanização de Favelas	226.498.042	78.003.587	61.711.025	43.812.998	19,34
3358 - Locação Social	11.126.000	7.126.000	2.453.532	1.965.621	17,67
Subtotal	1.157.376.901	750.440.121	593.162.233	526.701.671	45,51
Outros	24.840.600	8.314.434	3.119.636	2.625.464	10,57
Total	1.182.217.501	758.754.555	596.281.869	529.327.135	44,77

Fonte: Relatório da Função

São de toda forma, percentuais muito baixos considerando-se a estimativa de demanda para as diversas tipologias habitacionais que carecem de ação pública. Ainda que as ações necessárias à urbanização de favelas requeiram tempo de negociação com as lideranças comunitárias e de preparação de terreno para as intervenções de infraestrutura básica, os valores executados ficaram muito distantes do previsto, o que certamente comprometeu o resultado físico dessa ação.

As ações relativas ao atendimento habitacional no Município de São Paulo dividem-se em atendimento definitivo, por meio de programas para provisão de novas moradias, urbanização de favelas e adequação e regularização fundiária de assentamentos precários, e, portanto, passível de quantificação; e atendimento habitacional provisório, efetivado pela concessão de benefícios pecuniários para atendimento à demanda por moradia transitória, cujas causas são frentes de obras públicas, situações emergenciais e vulnerabilidade social.

Um importante desafio para o desenvolvimento de políticas públicas para o

setor da habitação é apreender o universo da demanda, o que permitiria melhor conjugar as ações necessárias, e possíveis, com as características do público a ser atendido.

Ainda que esse universo seja passível de mudanças resultantes de dinâmicas econômicas e sociais, no Plano Municipal de Habitação – PMH, de que trata o Projeto de Lei nº 619/16, até o momento não aprovado no legislativo municipal, percebe-se como positivo um esforço de atualização das estimativas de necessidades habitacionais segmentadas por perfil de demanda e por tipo de intervenção. Ainda assim, o que resta observar é que o quadro de demandas permanece estático assim como o foi no período anterior, entre 2009 e 2015, e sequer as ações efetivamente executadas pela municipalidade são retiradas das estimativas de demanda apresentadas em 2016. Dessa forma, a capacidade de aferir a efetividade das políticas públicas para a habitação resta dificultada.

De qualquer forma, a estimativa dos números da demanda expressa a necessidade de políticas habitacionais continuadas num horizonte de longo prazo, com planejamento, monitoramento, e com efetiva participação dos diversos níveis da administração pública.

No Plano Municipal de Habitação (PMH), é prevista a necessidade atual de 117.916 novas unidades habitacionais, sem considerar a demanda futura advinda do crescimento demográfico até 2032, que deverá demandar, ainda, mais 147.151 novas unidades habitacionais, e mais 103.664 por conta das dinâmicas econômicas que atuam na coabitação familiar. Por outro lado, há outros 829.272 domicílios passíveis de intervenções no território por estarem localizados em favelas e loteamentos irregulares, ou em Conjuntos Habitacionais irregulares e cortiços. Vale ressaltar que um domicílio pode ser enquadrado em diferentes tipos de intervenções ou necessidades.



Quadro 1 - Quadro das Necessidades Habitacionais e das Demandas por tipo de Intervenção

Necessidades Habitacionais		Intervenção no Território	Novas Unidades Habitacionais	Políticas de Regulação do Mercado de Aluguéis	Síntese das Necessidades Habitacionais
Necessidades Relacionadas à Precariedade Habitacional e Urbana	Favelas e Loteamentos Irregulares	740.239	89.953	-	830.192 domicílios
	Conjuntos Habitacionais Irregulares	20.702	-	-	20.702 domicílios
	Cortiços	68.331	12.058	-	80.389 domicílios
	População em Situação de Rua	-	15.905	-	15.905 pessoas
Demandas Relacionadas às Dinâmicas Econômicas e de Crescimento Demográfico	Coabitação Familiar	-	103.664	-	103.664 domicílios
	Crescimento Demográfico	-	147.151	-	147.151 domicílios
	Ônus Excessivo com Aluguel	-	-	187.612	187.612 domicílios
	Adensamento Excessivo (em domicílios alugados)	-	-	47.443	47.443 domicílios
Estimativa da Demanda por Tipo de Intervenção		829.272 domicílios	368.731 unidades habitacionais	235.055 domicílios	

Fonte: Relatório da Função

A demanda por atendimento habitacional definitivo para as unidades habitacionais de interesse social construídas no Município de São Paulo divide-se em: (i) Demanda Aberta, formada por munícipes que se enquadram nos critérios da política Municipal de Habitação e que, espontaneamente, se propõem a adquirir unidades de HIS subvencionadas pelo Poder Público, somando 125.713 munícipes cadastrados, em 31/12/2018; e (ii) Demanda Fechada, ou Demanda por Reassentamento, que diz respeito às famílias de baixa renda removidas de locais com intervenção programada, totalizando 29.769 famílias nessas condições cadastradas na SEHAB, em 31/12/2018. Contudo, a Auditoria ressalta que há munícipes cadastrados em ambas as demandas, e que, portanto, não é possível saber com precisão a demanda total de interessados à seleção nos programas habitacionais.

Além disso, em 31/12/2018, 25.954 famílias estavam ativas no programa Auxílio Aluguel, de atendimento habitacional provisório.

Entre 2013 e 2018, a Construção de Unidades Habitacionais apresentou tendência de crescimento, com exceção do ano de 2017. Já o serviço de Verba de Atendimento Habitacional – Auxílio Aluguel, que manteve uma tendência crescente até 2016, vem caindo desde 2017. O mesmo ocorre com o serviços de Regularização Fundiária. Por outro lado, o serviço de Urbanização de Favelas apresenta grande variação ao longo do período, mas com forte crescimento em 2018.

Quadro 12 - Evolução dos Serviços

Item	Produto	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Verba de Atendimento Habitacional – Auxílio Aluguel	famílias beneficiadas	23.605	27.788	26.798	29.998	28.602	25.954	162.745
Construção de Unidades Habitacionais	u.h. entregues	200	2.004	3.188	4.643	1.782	4.785	16.602
Regularização Fundiária	famílias beneficiadas	14.834	15.516	29.956	157.241	35.511	19.394	272.452
Urbanização de Favelas	famílias beneficiadas	1.319	1.717	413	369	0	2.614	6.432

Fonte: Relatório da Função

Destaca-se que auditorias realizadas em 2018 apontaram que, em setembro de 2018, 57,63% de contratos da carteira de habitação apresentavam inadimplência, somando R\$ 1,748 bilhão. É considerado como inadimplência o atraso de pagamento superior a 120 dias, ou seja, a partir do não pagamento no vencimento da quarta parcela consecutiva. Embora seja plausível considerar que esses valores impactam a implementação das políticas públicas para a habitação, a SEHAB informou que não possui estudos para avaliar seus impactos sobre o desenvolvimento dos programas habitacionais. Em termos comparativos, os dados da inadimplência em financiamentos habitacionais divulgados pelo Banco Central indicam que, em agosto de 2018, os contratos com atraso superior a noventa dias somavam apenas 2,17%.

Programa Promoção da Sustentabilidade Ambiental

No exercício de 2018, a ação Execução do Programa Mananciais liquidou R\$ 74,40 milhões, representando 68,07% do valor aprovado na LOA 2018. Esse montante foi realizado em Investimentos, principalmente com Obras e Instalações (R\$ 50 milhões).

Quadro 14 - Execução Orçamentária do Programa 3005

LOA 2018					
Programa 3005 - Acesso à Moradia Adequada					
Projeto/Atividade	LOA Aprovado em R\$ (A)	LOA Atualizado em R\$ (B)	Empenhado em R\$ (C)	Liquidado em R\$ (D)	% Executado (E = D/A)
3355 - Execução do Programa Mananciais	109.277.403	114.653.788	98.462.007	74.389.743	68,07
Total	109.277.403	114.653.788	98.462.007	74.389.743	68,07

Fonte: Relatório da Função



Por fim, considerando que as infringências e impropriedades constatadas pelos órgãos técnicos não se mostram com relevância suficiente para comprometer a gestão da Função Habitação no Município, voto pelo conhecimento e registro da auditoria relativa ao exercício de 2018. Reitero as Determinações de exercícios anteriores que se encontram pendentes de atendimento (conforme numeração do Sistema Diálogo):

44) Implantar e acompanhar indicadores de desempenho para os programas vinculados à Função Habitação.

232) Promover a atualização sistemática dos dados referentes ao déficit habitacional no município, fazendo a adequação de seu planejamento à realidade do déficit atualizado.

270) Aprimorar os instrumentos de planejamento e execução dos programas habitacionais.

479) Aperfeiçoar os indicadores de aprovação de projetos de habitação, para que retratem metas de desempenho de atendimento à demanda habitacional.

Por outro lado, não acolho as propostas da Auditoria e do Grupo de Trabalho em relação as seguintes Determinações de exercícios anteriores (conforme numeração do Sistema Diálogo):

337) Apresentar dados consistentes sobre o projeto/atividade 2635 – Verba de Atendimento Habitacional – Aluguel Social, tais como: o tempo médio de permanência dos atendidos nesse programa; número de famílias atendidas e que integram a lista de prioridades por novas unidades habitacionais; perfil sócio econômico dos atendidos; tipologia habitacional em que os atendidos se alocam; e sistemas de controle que permitam aferir a adequada destinação dos recursos públicos nesse programa.

Auditoria: Não atendida.

Relator: Atendida, tendo em vista que os dados foram fornecidos quando da realização da auditoria extraplano contida no TC 8032/2018.

234) Considerando a indicação dos perímetros das Zonas Especiais de Interesse Social – Zeis nos Mapas 4 e 4A do Plano Diretor do Município de São Paulo

aprovado pela Lei Municipal 16.050/2014, apresentar estudo de conciliação entre a demanda por unidades habitacionais por substituição ou incremento com o total de área reservada para Zeis no referido PDE.

Grupo de Trabalho: Exclusão por considerar atendida.

Relator: Não atendida.

Por fim, acolho as seguintes Sugestões de Melhoria propostas:

4.1 – Uniformizar as unidades de medidas daquilo que se pretender produzir, decorrente das ações (projetos e atividades) na elaboração do Plano Plurianual (subitem 3.2.1-d).

4.3 - Atualizar os dados do Planeja Sampa e do Observa Sampa para acompanhamento dos indicadores e dos resultados das ações. (subitem 3.2.1-d).

Plenário Cons. PAULO PLANET BUARQUE, 11 de dezembro de 2019.

**MAURÍCIO FARIA
Conselheiro**